



Anais da Assembléia

N.º 54

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE MAIO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 79.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 1977

SEGUNDA FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Lázaro Dumont e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Bufara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes.(54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos desta Assembléia Legislativa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem PAULO ROBERTO MAISTRO, ocorrido no dia 29 de abril p.p., em Apucarana.

De tradicional família de Apucarana, PAULO ROBERTO MAISTRO, faleceu prematuramente, deixando grandes amigos dentro da sociedade apucaranaense, onde trabalhava, estudava e contava com um brilhante futuro.

Requer ainda, que da decisão deste Poder Legislativo, seja dado conhecimento à família enlutada, na cidade de Apucarana, à Rua Clotário Portugal, número 989.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1977.

(a) José Domingos Scarpelini.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja inserido da ata de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Gorzoni, ocorrido às 15,00 horas de ontem, na cidade de Jaguapitã.

O extinto era viúvo da Senhora Ângela Tereza Gorzoni, com a qual deixou os seguintes filhos: Evaristo Ambrosio

Gorzoni, casado com a Senhora Amália Tatim Gorzoni e atual Prefeito Municipal de Jaguapitã, Sílvio Antônio Gorzoni, casado com a Senhora Nadir Bacelli Gorzoni; Arlindo Gorzoni, casado com a Senhora Mercedes B. de Carvalho Gorzoni; José Francisco Gorzoni, casado com a Senhora Maria de Lurdes Simões Gorzoni; Maria Natália Gorzoni Falconi, casada com o Senhor Luiz Falconi; Adélia Gorzoni Montanha, casada com o Senhor Agílio Montanha; Aparecida Leonor Gorzoni, casada com o Senhor José Gentil Beraldi e Helena Jesuína Gorzoni, solteira.

Outrossim, requer seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1977.

(a) Fuad Nacli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer regime de urgência para o Projeto de Lei número 49/77, oriundo da Mensagem Governamental número 64/77 e que trata do Plano Nacional de Habitação.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1977.

(a) Luiz Roberto Soares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer o arquivamento do Projeto de Lei 103/76.

Isto, tendo em vista o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, exarado em 09 de dezembro de 1976.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1977.

(a) Enéas Faria.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer seja inserido na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao Ministério da Educação e Cultura pela assinatura do Protocolo MEC/MINTER (Brasília, 30/04/76), visando a formação de uma consciência comunitária sólida a ser iniciada nos primeiros anos de escolaridade, relativamente aos problemas do meio ambiente.

Requer, ainda, que da decisão da Casa se dê conhecimento ao Ministro NEY BRAGA da Educação e Cultura em Brasília, ao Governador CANET JÚNIOR e ao Secretário de Estado da Educação e da Cultura, FRANCISCO BORSARI NETO, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1977.

(a) Paulo Camargo.

JUSTIFICATIVA:

No dia 15 de agosto de 1975, apelei do plenário desta Casa ao Dr. FRANCISCO BORSARINETO, MD Secretário de Estado da Educação e da Cultura, no sentido de que fôsse instituído o ensino de Ecologia em todos os estabelecimentos escolares do Estado, a nível de 1.º e 2.º graus.

Como que reforçando meu apelo de 1975, o Dr. PAULO MONTEIRO MENDES, Chefe do Setor de Higiene e Segurança do Trabalho e Controle da Poluição da Confederação Nacional da Indústria e do Departamento Nacional do Sesi, em trecho

de palestra realizada no Simpósio Nacional do Meio Ambiente, promovido pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho, em São Paulo, em 2 e 3 de agosto de 1976, em colaboração com a Secretaria Especial do Meio Ambiente e a Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, proferiu as seguintes palavras: "A comunidade não foi preparada, por métodos educacionais, para se defender da poluição ambiental e também para evitar, naquilo que lhe compete, ou melhor, no que seja da sua responsabilidade, o agravamento dos problemas relacionados com as agressões ao meio ambiente.

O enfoque do controle da poluição somente começou a ser divulgado há menos de dez anos.

Nesse espaço de tempo, a comunidade não se preparou para enfrentar o problema, que vem aumentando os seus efeitos negativos e criando apenas os impactos dos órgãos de divulgação, mas não contam com a ação oficial para se instruírem, no que diz respeito às práticas antipoluidoras e também quanto à necessidade que tem cada cidadão de combater a tese negativista de que "polui porque todos poluem, pouco ou nada adiantando as providências individuais no sentido de controlar a poluição."

A afirmação do Sr. PAULO MONTEIRO MENDES aponta uma causa que é a falta de métodos educacionais.

E valeria um reparo: esses métodos não estão apenas concentrados na escola, apesar de ela se constituir num importante agente na transformação do comportamento do homem.

A escola tem a obrigação e o dever de preparar a criança para enfrentar e equacionar as transformações que o mundo lhes apresenta.

E por que a escola não tem correspondido adequadamente às necessidades de acompanhamento do progresso científico e tecnológico, não nos cabe aqui discutir.

Jogar um cigarro ou um pedaço de papel no chão pode ser comparado à emissão de toneladas de poluentes no ar ou nos rios.

O gesto não é diferente. O que é quantitativamente significativo são as conseqüências.

Evidentemente, isso tem a ver com o processo de conscientização pelo qual passou o habitante de uma comunidade.

Um índio sabe que se cortar uma árvore frutífera ou matar uma corça apenas por esporte, estará comprometendo a sobrevivência de sua tribo.

Nós das cidades, substituímos as áreas verdes por extensas construções de concreto.

E nos esquecemos que o verde tem uma importante função nos grandes núcleos urbanos.

A educação sistemática tem um grande papel em tudo isso.

Educar para enfrentar a vida profissional é tão importante quanto formar para enfrentar a vida social e ecologicamente.

Hoje, quase todos os especialistas estão cheios de perguntas e buscam avidamente respostas.

Uma delas, uma que é freqüentemente dada, é a necessidade de uma escolarização eficiente e eficaz no nível ecológico.

E foi essa resposta que o Ministério da Educação e Cultura ofereceu em abril do ano passado, quando foi assinado um Protocolo entre esse órgão e o Ministério do Interior "objetivando uma ação integrada referente ao ensino e a pesquisa em Ecologia em todos os níveis de ensino para atender, sob este aspecto, a política nacional do meio ambiente".

Esperamos que a nossa Secretaria de Estado da Educação e da Cultura se agilise para a resolução de um dos mais sérios problemas que o homem brasileiro enfrenta: o da consciência ecológica a nível de ensino de 1o. e 2o. graus.

E cabe a cada administrador educacional e aos poderes públicos permitir que se chegue rapidamente à implantação de um efetivo currículo para o ensino da ecologia.

Porque esse aprendizado está intimamente ligado à

melhoria de qualidade de vida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação e da Cultura, no sentido de que determine a construção de vinte e sete salas de aula distribuídas nos diversos distritos de Guaraniaçu, de conformidade com a necessidade de cada um deles, constatada no levantamento realizado pela Inspeção Municipal de Ensino, de acordo com a relação que anexa ao presente.

Requer, outrossim, que seja dada prioridade na construção das salas de aula em Santa Luzia, Pinhalito e Rio Bandeira, cujas localidades não possuem qualquer sala de aula possuindo, em contrapartida, um número bastante elevado de crianças em idade escolar.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1977.

(a) Alfredo Gulin.

JUSTIFICATIVA:

A Inspeção Municipal de Ensino de Guaraniaçu, realizou um levantamento a fim de apurar o número de salas de aula que seriam necessárias construir, em função do número de crianças em idade escolar e que não estão matriculadas nas escolas, tendo em vista não haver sala de aula disponível.

Como poderá ser constatado pelo levantamento, um número considerável de crianças que já deveriam estar freqüentando as escolas, ainda não estão porque não há lugar para elas.

E acrescente-se a esse fato, ainda, a distância entre o lugar em que moram e a sede do município, o que evidencia a impossibilidade de deslocamento.

Algumas localidades possuem salas de aula, mas em número insuficiente em relação às crianças que têm idade escolar.

Outras localidades, tais como, Santa Luzia, Pinhalito e Rio Bandeira, não possuem qualquer sala de aula ficando desta forma isolados do mundo educacional.

Ora Senhores Deputados, um dos principais objetivos do nosso atual governo é justamente a educação para todos, e pelo menos oferecendo as condições mais elementares do ensino.

Assim sendo, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e conseqüente aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita a V. Exa., após ouvido o Plenário, seja enviado ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde e do Bem Estar Social, um apelo no sentido de ser determinada através do Departamento de Saúde, as providências que se fizeram necessárias, para que medidas sejam adotadas para solução do problema do lixo, na cabeceira do aeroporto de Apucarana, situado na Avenida Aviação, prolongamento do Aeroporto Municipal.

Senhor Presidente, apesar do alerta há muito dirigido à Prefeitura Municipal de Apucarana, a mesma não se dignou providenciar medidas cabíveis ao problema em causa, estando os moradores dos arredores do referido aeroporto, expostos à contaminação.

Para justificar o problema em apreço, incluo a este, recorte do jornal "TRIBUNA DA CIDADE", contando com o apoio dos meus nobres Pares.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1977.

(a) José Domingos Scarpelini.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A reformulação que deu como resultado a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima — empresa pública — teve, como uma de suas conseqüências a transposição de seu pessoal

do regime estatutário para o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Todavia, uma parte dos funcionários, por entendimento próprio, e usufruindo de disposições legais, resolveu não aceitar a opção proposta, mantendo-se sob regime estatutário, alegando, inclusive, que, funcionários antigos, tantos já próximos à aposentadoria, não haviam razões que lhes estimulassem a transferência.

Entretanto, tais funcionários, que não são poucos, receberam, como consequência, determinação de permanecerem em disponibilidade, até que suas situações funcionais viessem a ser resolvidas.

Ocorre que, na grande maioria, são funcionários que desde longo tempo emprestaram seu trabalho, seu esforço, sua capacidade à Rede, alguns dos quais passaram a maior parte de suas vidas a ela vinculados, e, em regra, quase todos, se encontram a breve espaço de tempo para conquistarem condição de aposentadoria.

A disponibilidade em que se encontram tem gerado uma série de problemas, alguns dos quais, merecem ser enumerados:

1.— A dignidade pessoal de cada um e o brio profissional, diante do fato, são violentamente atingidos, porque habituados ao trabalho, honrando pelo esforço próprio o vencimento que percebem, são relegados, sem maiores justificativas, a uma situação que não se harmoniza com o caráter reto e decente de que são possuidores;

2.— Os vencimentos que percebem, desde a data da disponibilidade - o que ocorreu há já alguns meses - foram "congelados", não tendo, inclusive, sobre eles incidido o último aumento do funcionalismo público federal, estando inúmeros funcionários, hoje, percebendo menos que o salário mínimo regional.

Ainda, há que se considerar que, afora as vantagens financeiras dos chamados quinquênios, todas as demais, consequentemente, foram excluídas;

3.— A possibilidade de promoções, de acessos a melhores posições na hierarquia funcional, estão cerceadas e impedidas, o que, evidentemente, se traduz em prejuízos de toda ordem, mormente aos que, pelo tempo de serviço ou pelo aprimoramento profissional, poderiam se habilitar a conquista da situação compatível;

4.— O abatimento de ordem moral, a desvantagem financeira, a estagnação funcional, e tudo o mais que a situação implica, configuram uma injustiça que está a merecer reparo, sob pena de perpetuar-se, aprofundando-se a medida que o tempo passar, a qual, além de se constituir mácula inaceitável para a Administração Pública, fere os mais elementares princípios humanitários, porque, em última análise, gerou e está a consagrar uma constrangedora situação que, por não permitir a atividade profissional em outro setor ou outra área, obriga um contingente de homens a viver com vencimentos inadequados à manutenção de um mínimo de dignidade e de decência que a vida exige.

Sendo assim, e, considerando ainda que entre tais funcionários uma parte possui habilitação técnica específica, dificilmente aproveitáveis em outros setores pela ausência de similaridade, enquanto outra parte poderá encontrar em órgãos diversos áreas comuns de atuação, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer ouvida a Casa, seja dirigido expediente, por inteiro teor do presente, ao Sr. Ministro dos Transportes, ao Sr. Presidente da Rede Ferroviária Federal S.A., ao Superintendente Regional da Rede Ferroviária Federal S.A. no Paraná, ao Sr. Diretor do DASP, encaminhando a essas autoridades, veemente apelo no sentido de urgenciar-se a solução da questão exposta, sugerindo-lhes que promovam o retorno às atividades normais dos funcionários da RFF S.A., atualmente em disponibilidade, aos próprios quadros dessa Entidade, e, como opção, abreviem o enquadramento em outros órgãos da

Administração Pública.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1.977.

(a) Enéas Faria.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Doutor RENATO ANTONIO JOHNSON, DD. Presidente da TELEPAR — Companhia de Telecomunicações do Paraná, solicitando sejam efetuados estudos para que possa ser procedida a instalação de 35 (trinta e cinco) aparelhos telefônicos no Distrito de PALMITÓPOLIS, Município de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1.977.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Nova Aurora pode ser apontado como um dos mais expressivos da região oeste paranaense, na produção agrícola.

O progresso daquela região é retratado pelo Distrito de Palmitópolis, núcleo populacional que se destaca pelo seu contínuo desenvolvimento.

Após reiterados apelos, aquele progressista distrito viu chegar até ali a rede telefônica.

Todavia, o único aparelho existente está instalado na residência particular do Sr. Sebastião Patrício, o qual está incompatibilizado com mais da metade da população, que, por este motivo, não utiliza o referido aparelho, dando assim a impressão de que o mesmo é dispensável, o que retrata uma falsa realidade.

Por outro lado, as lideranças locais e o comércio em geral, pedem, com insistência, que a TELEPAR, transfira aquele aparelho para o Posto de Saúde — situado no centro da cidade — onde poderá ser utilizado com maior frequência e também com maior liberdade pelos usuários.

Ademais, fala-se que o detentor do aparelho monocal possui uma extensão, por onde ouve todas as ligações que dali se fazem, originando daí intrigas e desavenças, que a qualquer momento poderão redundar em extremismos capazes de levar até a homicídios.

Premente, pois, a necessidade da transferência do referido aparelho para outro local, bem como a instalação de 35 novos aparelhos telefônicos, a fim de beneficiar-se a população do Distrito de Palmitópolis, que tanto vem contribuindo para o enriquecimento do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, no Pequeno Expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois do evento das estradas e das rodovias paranaenses, entra agora S. Exa. o ilustre Governador Jayme Canet Júnior no problema das telecomunicações.

Temos a satisfação, Sr. Presidente e a honra, Srs. Deputados, de informar a esta Casa e ao Paraná, que está S. Exa. o Sr. Governador do Estado, por intermédio da Telepar e da Secretaria de Interior, com o interesse máximo em dotar todos os distritos do Paraná com telefone de monocal.

Tivemos a honra, Sr. Presidente, tivemos a satisfação, Srs. Deputados e povo de meu Paraná de receber um ofício de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, datado de 11 do corrente mês, nos seguintes termos:

"Ofício número 330/77

Tenho a satisfação de me dirigir a V. Exa. para comunicar-lhe que determinei a inclusão no programa de expansão das telecomunicações no Estado, do Distrito de Eduardo Xavier da Silva, Município de Jaguariaíva, onde deverá ser instalado sistema de monocal.

Outrossim, participo-lhe haver solicitado ao Sr. Prefeito que, quando em Curitiba, entre em contato com a Secretaria do Interior para acertar os detalhes do convênio que deverá ser celebrado.

Na oportunidade, renova a V. Exa. os protestos do meu real apreço e distinta consideração.

Jayme Canet Júnior.
Governador do Estado."

Veja bem, Sr. Presidente, vejam bem, Srs. Deputados, que está o nosso Governo interessado em dotar todos os distritos paranaenses no serviço dos mais modernos, de telecomunicações instalando o serviço de monocal em todos os distritos de nossa querida terra.

Agora vem Jaguariaíva representada por aquele distrito no longínquo Sertão de Cima, no Distrito de Eduardo Xavier da Silva, que há de seguir o Sertão de Cima e todas as imediações para levar àquele povo a assistência do Governo Jayme Canet Júnior.

E é por isto que não poderia passar despercebido, Srs. Deputados, mais este trabalho dinâmico do ilustre Governo Jayme Canet Júnior que está voltado para a assistência social, para o problema rodoviário do Estado do Paraná, ferroviário, e agora das telecomunicações.

Educação nem se fala porque o projeto de salas de aula é enorme; talvez seja um dos maiores projetos dos Estados da Federação brasileira.

E é neste instante que haveremos de alertar o povo que o Governo Jayme Canet Júnior está exclusivamente voltado aos interesses do povo, do povo do Paraná, este povo que talvez peça a Deus que na próxima sucessão tenha um Governador do gabarito e da estirpe de Jayme Canet Júnior.

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, geralmente o Governador, do segundo ano em diante, começa a esvaziar o seu prestígio e, com Canet Júnior está acontecendo, efetivamente, o contrário.

Jayme Canet Júnior começa a angariar, cada vez mais e mais, o prestígio no seio da família brasileira.

Haveremos de ver as estradas do Paraná, as Prefeituras da Arena e do MDB protegidas pela pró safra.

Haveremos de ver aquele povo no problema de educação, no problema de assistência social, no problema de telecomunicações, e principalmente no problema rodoviário, ser amparado, Sr. Presidente, ser amparado, Srs. Deputados, por este dinâmico governo que há de deixar saudade ao povo do Paraná...

Muito obrigado, Sr. Presidente.— ("Sem revisão do orador").

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há mais ou menos 20 dias, estávamos na tribuna denunciando à Casa a nomeação de um funcionário desta Assembléia, ex-Prefeito do Município de Floresta, para o cargo de Delegado de Polícia da mesma comunidade.

Dizíamos, na oportunidade, que, o povo do Município de Floresta estava realmente preocupado pelas promessas feitas por aquele cidadão que, assim que perdeu as eleições, para o seu candidato, prometera que seria nomeado Delegado de Polícia para perseguir os homens que trabalharam e votaram e, conseqüentemente, deram a vitória ao MDB.

Não foi em vão o trabalho de toda uma comunidade.

Recebemos, ainda ontem, um ofício do Presidente do MDB de Floresta, Vereador Antônio Fernandes André, com o qual encaminhava requerimento aprovado por 2/3 dos Vereadores daquela comuna, dando conta do real repúdio pela nomeação daquele cidadão.

Relatávamos também, que o funcionário Clóvis Freitas não poderia, mesmo estando em férias, ser nomeado para um cargo, pelo Poder Executivo, sem a devida autorização do

Poder Legislativo ao qual pertence. O ato completou-se. Porque o referido funcionário assumiu a Delegacia de Polícia de Floresta, por lá ficando apenas alguns dias, e ontem, ao receber a indicação, com a carta do Presidente do Diretório, dizíamos, que hoje, encaminharíamos desta tribuna um requerimento ao Sr. Secretário de Segurança Pública de nosso Estado, além de encaminhar uma manifestação dos Srs. Vereadores de Floresta, assinada pelo Líder do MDB, Augusto Zandonavi, Vereador corajoso e que conseguiu o apoio de 2/3 dos Vereadores daquela cidade.

Como já disse, faríamos também com que esta Casa se posicionasse seriamente com referência ao assunto.

Na mesma data que fizemos o pronunciamento, recebemos, do Presidente da Assembléia, um simples bilhete que dizia que o referido funcionário estava em gozo de férias e que, findas as quais, o que se deu no dia 30 de abril, aí sim o problema seria de responsabilidade total da Presidência desta Casa.

No dia 3 de maio, requeremos através protocolo, uma certidão da situação funcional de Clóvis Freitas, e hoje recebemos a certidão 3.816, certificando que o referido cidadão, de símbolo, ou nível PL 23, retornara à sua função e estaria prestando serviços nesta Casa.

Dá estranhamento, porque, no interior, a notícia é que ele ainda continuava como Delegado de Polícia no mesmo horário.

Conseqüentemente, prestava serviço em Floresta, como Delegado e, aqui na Assembléia, como funcionário.

O Deputado Francisco Escorsin, representante da ARENA, no Município de Floresta, nos procurou hoje de manhã, sabedor de que encaminharíamos este expediente e disse que o funcionário Clóvis Freitas acaba de pedir demissão do cargo de Delegado de Polícia de Floresta e que passará, a partir de hoje, a prestar serviços em seu gabinete.

Eu confesso que este epílogo foi, para nós, de muita alegria.

Pior para Floresta seria, se ele pedisse demissão de sua condição de funcionário desta Casa, para continuar lá. Bom para Floresta, não sei se é bom para esta Casa; é que ele deixe de ser Delegado e que venha prestar seu serviço, retamente, no gabinete do Deputado Francisco Escorsin.

Portanto, deixo hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de encaminhar o requerimento, no entanto, ele continua em minha mesa, pronto e datilografado, para se, até o final da semana, a solução definitiva não se efetivar, darmos entrada e exigirmos que esta Casa, então, tome uma posição final sobre o problema.

Muito obrigado.— ("Sem revisão do orador").

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, neste Plenário, do Sr. Prefeito Municipal João Gonçalves Padilha, do Município de Pitanga e que se faz acompanhar do Sr. Vereador José Silvestre Grande. Da mesma forma, com satisfação registra a presença do Sr. Vereador Nicolau Machado, do Município de Iretama. Bem assim, a presença do Sr. Vereador Edson Ramos Buckner, do Município de Santa Isabel do Ivaí.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendo que esta Assembléia Legislativa realize, na parte que lhe cabe, dentro do Processo Legislativo, um ato de reconhecimento público a um homem que, como político, foi sem favor algum, um paradigma para todos aqueles que um dia pretendem exercer qualquer atividade pública. E, também, se constituiu num exemplo a todos quantos aqui nascem, vivem e trabalham, pelo engrandecimento do Paraná.

Refiro-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Gaspar Duarte Veloso, figura impar da história paranaense, e ao qual pretendo com o decisivo apoio desta Assembléia, homenagear

mediante a denominação de um próprio público, com o seu honrado nome.

Nestes termos, apresento à Mesa hoje, projeto de lei, cujo Art. 1º. está assim redigido:

"Fica denominado Professor Gaspar Duarte Veloso, o Centro de Treinamento do Magistério do Estado do Paraná, situado em Curitiba, no Bairro do Boqueirão, à Rua Coronel Luiz José dos Santos, 1651."

Pretendemos com este plano de lei, prestar homenagem ao ilustre homem público que foi Gaspar Duarte Veloso, advogado, jornalista e político, foi diretor do jornal "O DIA" e redator da "GAZETA DO POVO", órgão da imprensa paranaense.

"Exerceu diversos cargos públicos do Estado e da União, tais como: Promotor Público nas cidades de Castro, Imbituva e Tomazina; Diretor Geral de Educação; Inspetor da Faculdade de Direito e da de Filosofia do Paraná; Professor de Sociologia dos Cursos Pré-Médico, Pré-Jurídico e Pré-Engenheiro; Professor de Administração Escolar e Educação Comparada da Faculdade de Filosofia.

Foi ainda, Diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, primeiro Secretário de Educação do Estado, Procurador do Tribunal de Contas, Membro do Conselho Penitenciário e Conselheiro da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Foi membro do Centro Paranaense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Eleito Vereador na Capital do Estado do Paraná, exerceu as funções de Líder do seu Partido e da Maioria na Câmara Municipal.

Como suplente do Senador Alô Guimarães, foi convocado a substituí-lo, tomando posse em data de 01/02/56.

Em 14 de junho do mesmo ano passou a ocupar, em caráter efetivo, a cadeira de Senador pelo Estado do Paraná, em virtude da renúncia do titular.

No Senado, integrou as seguintes comissões: Constituição e Justiça, Finanças, Relações Exteriores, Economia, Transporte e Redação.

Foi membro da Comissão Especial de Produção e Exportação, Comissão Especial do Código Eleitoral e do Código Partidário, Comissão de Reforma Constitucional, Comissão Mista de Problema do Inquilinato e Comissão Especial dos Estudos da Seca do Nordeste.

Presidente das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças, Economia, Mista do Problema do Inquilinato e de Estudos dos Problemas da Seca do Nordeste.

Foi Vice-Líder da Maioria e do Partido Social Democrático, substituindo os respectivos titulares em diversas oportunidades.

Participou das seguintes delegações:

Delegado do Brasil à Conferência das Partes Contratantes do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio, reunida em Genebra em 1958; Delegado do Brasil à Conferência Interparlamentar realizada em Tóquio em 1.960;

Membro da Delegação Parlamentar que visitou Israel em 1.957; Membro da Delegação Parlamentar que visitou a Polônia em 1.961; Membro da Delegação Parlamentar que visitou a Itália a convite do Parlamento Italiano em 1962.

Tomou parte, como Embaixador Plenipotenciário, na Comitiva que representou o Brasil nas solenidades da posse do Presidente Silos Suazo, da Bolívia, havendo ainda, participado como Embaixador Especial da Delegação do Brasil às Cerimônias da Posse do Presidente da República Dominicana, General Hector B. Trujillo Molina.

Tem o curso da Escola Superior de Guerra.

Condecorações: Nacionais:— Grande Oficial da Ordem do mérito naval; Grande Oficial da Ordem do Mérito Aero-

náutico; Grande Oficial da Ordem do Mérito Industrial; Comendador da Ordem do Mérito Militar; Medalha de Caxias; Medalha de Tamandaré; Medalha do Mérito da Cruz Vermelha; Medalha Santos Dumont; Medalha Rui Barbosa; Medalha Clóvis Belilacqua; Medalha de Bronze da Associação Rural Brasileira.

Exterior:— Condecoração da Ordem da Polônia Restituída; Medalha de Prata da Knesset de Israel; Medalha de Ouro (Pró-Ecclesia et Pontífice) do Vaticano.

Falecido no dia 13 de agosto de 1976, em Curitiba.

Esses são os motivos, principais que me levam à iniciativa do presente projeto, que por certo merecerá a aprovação deste egrégio Plenário.

Era só, Sr. Presidente.— ("Sem revisão do orador").

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Antes de anunciar o próximo orador inscrito, a Presidência deseja registrar com satisfação a presença neste plenário dos membros da Diretoria Executiva da União Paranaense dos Estudantes Secundários (UPES).

Visitam esta Assembléia: o Presidente, José Cláudio Pereira Neto, que representa na Upes a região de Maringá; O Sr. Vice-Presidente, Valdir Perondi, representante de Medianeira; Secretário de Coordenação, Celso Cecato, da região Oeste, de Toledo; Secretário de Finanças, Nilson Detoni da região, Oeste, de Pato Branco; Secretário de Expediente, Neucir A. Batiston, da região Sudoeste, de Dois Vizinhos. Diretor do Departamento de Patrimônio, Adilson Feiber, da região de Campo Mourão; Assistente de Relações Externas, Luiz Antônio Siqueira, de Cascavel, da região Oeste.

Encontram-se, juntamente com os membros da Diretoria Executiva da União Paranaense dos Estudantes Secundários: Dênis Pavedutti e Eli Corrêa Fernandez; o primeiro Secretário e o Segundo, Coordenador da Frente Jovem da Aliança Renovadora Nacional.

Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fala-se pela imprensa, pela televisão e pela voz dos homens, do Governo, a respeito do grande problema da erosão no Paraná.

Já em 1975, quando assumimos esta honrosa cadeira aqui neste Legislativo, na visita que fez aqui, o Sr. Secretário de Agricultura, sustentávamos com o mesmo de que o Estado, preliminarmente, é o maior interessado no combate à erosão, não só à rural, mas também à urbana.

Mas naquela oportunidade, tendo em vista a especificidade do setor, questionávamos da necessidade do Estado do Paraná, organizar, planejar, desenvolver uma metodologia para buscar a solução rápida dos problemas erosivos da área cultivada.

Não há, até hoje, qualquer orientação do Governo aos homens que labutam na lavoura da terra, que se percebe no Oeste do Paraná de uma forma especial, é que o que se tem feito em benefício desta planificação tem origem nas Cooperativas, através das empresas agrícolas que estão a se formar e o Governo do Estado, que é o maior interessado na preservação do solo e da sua riqueza, ainda não equacionou um programa adequado e percutiente para buscar a efetiva e pronta ação do Estado neste campo.

Fala-se no direito de propriedade. O direito de propriedade, na região em que vivemos, é um direito concessivo e, para não fazer um maior aprofundamento do problema jurídico, é que deixo aqui um apelo mais uma vez reiterando aquele pensamento que expendíamos para o Senhor Secretário. O Paraná perderá a médio prazo, se formos benevolentes, uma das grandes riquezas do seu território, que é o solo, o húmus da terra.

Mas, levando-se em conta o grande problema da formação

geológica, da formação geográfica, o Estado do Paraná está carecendo de uma orientação oficial no sentido de reparar esses erros que a natureza não foi tão prodigiosa como foi para Mato Gross.

Quero agradecer o empenho do Deputado Werner Wanderer, que se adiantou já na semana passada.

Tomei conhecimento pela imprensa, quando me encontrava afastado por motivo de saúde de que a Câmara Municipal de Cascavel vem fazer um apelo para que reiteremos junto às autoridades estaduais no sentido de que Cascavel seja considerado também uma região de grandes problemas erosivos, principalmente - fala o Senhor Presidente da Câmara - "a região suburbana que vem sentindo por demais o problema da erosão.

E muito sofrerá no futuro, a continuar neste ritmo, motivo por que esperamos contar com o apoio de V. Exa. para a solução deste problema que vem abalando quase toda a Nação brasileira."

Não se trata, Sr. Presidente, de uma questão meramente partidária.

Trata-se isto sim, de uma questão de sobrevivência da economia de nosso Estado e do sossego da população urbana, não só de Cascavel, mas de todas as cidades do Oeste do Paraná, onde a erosão tem sido esquecida.

E as vozes, que se encontravam isoladas, de uns e outros municípios, agora se unem neste esforço de levar ao Governo um apelo adequado, para que ele também sinta-se sensibilizado pelo problema da erosão.

E aqui o Presidente e o Secretário da Câmara não fazem parte do meu Partido, mas se juntam às nossas vozes, à voz do Deputado Werner Wanderer e de outros tantos Deputados tanto de Umuarama como de outros municípios que carecem do apoio, prestigiamento e presença do Governo.

E é para esta finalidade que venho à tribuna hoje requerer, instar, solicitar e pedir, até pateticamente, que o Governo tome as necessárias e imediatas providências sob pena de gastar, de inverter muito mais verbas públicas nos reparos que poderão ser evitados ainda agora.

Muito obrigado. — ("Sem revisão do orador").

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós estamos assistindo diariamente, pela televisão, uma propaganda muito louvável, por sinal, e que tenta conscientizar o empresário brasileiro e também o próprio operário da responsabilidade de ambos para com o problema do acidente.

E, esta última que a televisão apresenta faz a seguinte pergunta: Quanto vale a vida de um operário?

E nós gostaríamos de fazer a mesma pergunta, não para o operário da fábrica ou da construção civil, onde se dá o maior índice de acidentes, mas para todos aqueles que têm a necessidade de transitar pela Rodovia do Café atualmente.

Quanto vale a vida realmente?

Porque o que estamos constatando atualmente, não só na Rodovia do Café, mas principalmente nesta, é de deixar qualquer um estarecido.

Ontem, tivemos a oportunidade de viajar até a região de Loanda, Alto Piquiri.

E não vimos, no percurso de ida e volta, polícia rodoviária senão dois ou três policiais naquela localidade, ou seja, de Palmeira, aliás, no entroncamento onde vai à esquerda para Palmeira e, em frente segue para o Norte do Paraná ou Ponta Grossa. Somente.

O que notamos nas estradas hoje, é uma disputa de velocidade entre os chamados "mercedinhos" e os caminhões "Scania Vabis."

Não adianta mais querermos andar a 80 quilômetros por hora.

Ou saímos fora da pista ou deixamos passar por cima, como na semana passada, quando fomos para o Interior e vimos uma kombi carregada e, inclusive, com três pessoas dentro, foi abalroada por trás por um caminhão que vinha em excesso de velocidade.

Aliás, há aqui um detalhe curioso, porque tive a oportunidade de perguntar inclusive aos guardas rodoviários se o radar colocado lá observa a velocidade só de automóveis.

Caminhões e ônibus, nunca vi parados na estrada sendo admoestados pelos guardas de trânsito.

Só automóveis.

E quanto maior é o automóvel, mais fácil a ação do guarda.

Ontem, quando viemos para cá, quase fomos atropelados por um caminhão "Scania Vabis", por uma jamanta vazia.

Saímos fora da pista e deixamos o caminhão passar. Depois, só por curiosidade, pedimos ao motorista que conduzia o carro, para acompanhar a jamanta.

Polícia Rodoviária, nós não temos. Acostamento na Estrada do Café, muito menos.

E além disto há a irregularidade no asfalto fazendo com que todos nós viajamos constantemente ao Interior do Paraná, toda a vez que saímos de nossas casas, façamos as despedidas de nossas esposas e de nossos filhos, como se fosse um ato definitivo como se nós não regressássemos mais. Porque realmente, Sr. Presidente, a situação está desesperadora.

Outro detalhe curioso também, é que na fiscalização do trânsito nas estradas, os guardas de trânsito se postam sempre após uma curva - não sei se para facilitar o seu trabalho, até hoje não entendi o porquê - quando, eu acho, eles deveriam ficar principalmente numa reta ou num aclive lonto, justamente para coibir o abuso desses motoristas que descem na "banguela".

Ficaria aqui então, Sr. Presidente, o apelo que faremos por escrito numa próxima oportunidade, ao Ministério dos Transportes e ao DNER, para que olhem com um pouco mais de carinho a Rodovia do Café, rodovia que, se não é uma das rodovias mais movimentadas do Brasil, é talvez a principal rodovia do Paraná, eis que liga o Norte ao Sul, rodovia esta de alta significância para a economia paranaense.

Outro apelo que faremos é, como já disse, à própria Polícia Rodoviária do nosso Estado, para que coloquem mais homens nas estradas, não só na estrada que demanda a Paranaguá quando, não sei porque, aos sábados e domingos estão presentes tantos guardas, quando nas rodovias do Interior praticamente não são encontrados, para a fiscalização, para que sejam coibidos os abusos, para que se garantam as vidas dos motoristas ou as vidas daqueles que os acompanham, principalmente aos dos automóveis, eis que está difícil, muito difícil mesmo ser atendido o apelo do Governo para que os veículos viajem a apenas 80 quilômetros horários.

Aliás, tive oportunidade, recentemente, de conversar com um guarda de trânsito, quando lhe disse: se eu tivesse vocação para grandes velocidades, compraria um Mercedinho, quando eu poderia correr a 110, 120 ou 130 quilômetros e ninguém daria a menor "pelota".

Sr. Presidente, é de se lamentar profundamente que todos nós, tenhamos tido se não um parente, um amigo chegado, falecido em desastre nas rodovias, na maioria das vezes em circunstâncias em que a vítima não teve a mínima culpa, em que sua única participação foi a de ser atropelada ou jogada para fora da estrada, por veículos maiores e que abusam da condição de serem maiores.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — ("Sem revisão do orador").

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra para o Grande Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Declinamos, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

A Presidência convoca o ilustre Sr. Vice-Presidente, Deputado Ernesto Gnoato, para assumir a Presidência.

(O SR. DEPUTADO ERNESTO GNOATO ASSUME A PRESIDÊNCIA).

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quer me parecer que nestes 13 anos de administração chamada Revolucionária, neste País, o que tem se acentuado a cada dia, e infelizmente, é o empobrecimento do povo, das classes laboriosas desta Nação, e até dos organismos de Governo, responsáveis pela direção e condução dos negócios públicos deste País.

Não precisa que se diga que o lavrador brasileiro se encontra, cada dia, mais pobre e caminha, quase que desgovernadamente, no dia a dia, para uma pobreza maior.

Não é necessário que se fale que o grande milagre deste País, tem-se registrado na vida do proletariado que consegue viver e subsistir com famílias inteiras, com uma migalha que recebe sob a denominação de salário mínimo nacional.

Não é preciso que se afirme, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que funcionários desta Nação e dos Estados vivem ao arrepio de uma imposição salarial das mais miseráveis e, acima de tudo, constrangedor, fazendo até com que o brio do brasileiro se transforme num desbrío e desrespeito do cidadão de formação das mais dístas no exercício de atividade funcional, quando gozando da posição de chefia em pontos das arrecadações municipais, estaduais e federais deste País, se transforma em propineiro; recebem, às vezes, o que lhes oferecem os contraventores em detrimento da própria economia do Estado, porque o Estado, nestes 13 anos, tem caracterizado por não entender que o homem é a peça integrante da Nação, que o funcionário é a peça integrante da máquina ativa da administração pública.

Recebi um ofício da Câmara Municipal de Jacarezinho e que, naturalmente, lerei para conhecimento desta Casa, que caracteriza, perfeitamente, o retrocesso da formação política e da própria estrutura política deste País, dando demonstração clara de que os municípios se empobrecem de tal forma que seus responsáveis parecem querer voltar às épocas regalias; aquela época, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em que o Poder autorizava aqueles que pelo poder respondiam, a cobrar pedágios, cunhar moedas e praticar todos os atos de extorsão com denominação de movimentação financeira para manter o Estado de pé.

Um dos Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Jacarezinho encaminhou, recentemente, sugestão ao Sr. Prefeito Municipal para que se estabelecesse naquela cidade, a cobrança de pedágio a caminhões de outros municípios que por aquela cidade trafegasse.

O importante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a justificativa que faz o representante do povo daquela Câmara Municipal, autor de tal sugestão.

Que o Estado, ao fazer a rodovia que por ali passa, BR-153, não obstante os reclamos das autoridades administrativas locais, o Estado, no afogadilho de campanhas políticas eleitorais e eleitoreiras, como está por aí, centenas de quilômetros de estradas que de nada serviram ao País, como é a Transamazônica, milhares e milhões de dólares, de dinheiro de economia do povo, jogado ao léu de uma propaganda empobrecedora e miserável desta Nação.

Os governantes, ao invés de fazerem a exemplo de outras cidades e da maioria das cidades que foram feitas as rodovias com planejamento deficiente, as vias de contornos, para que o transporte pesado não prejudicasse a URBE municipal, que em Jacarezinho deixou de fazer.

E o Prefeito Municipal de Jacarezinho, como todos os

Prefeitos deste Paraná e do Brasil, empobrecido e espoliado por um governo que se rodeou de tecnocratas, mas o que não se fez assessorar de capacidade efetiva de planejamento, tem empobrecido violentamente os municípios.

E propõe o Vereador em mensagem ao Prefeito Municipal, que se crie pedágio para cobrança de taxas às passagens de caminhões de outros municípios, pelo centro da cidade de Jacarezinho.

Por absurdo que pareça, nós vivemos à época de um verdadeiro retrocesso, é como já disse, os municípios se avançam até naquilo que é mais inconstitucional e até indecente, para poder manter a sua economia ou pelo menos subsistir.

Nós voltamos à época regaliana quando o sistema de finanças determinava aos tutores do Poder, do poder de alcançar e extorquir a economia do povo, para poder manter de pé neste Poder, que de qualquer forma sempre pertenceu ao povo, em toda a história e em toda a parte da história do planeta terráqueo.

O ofício da Câmara Municipal, subscrito pelos Vereadores Fernando Jefferson Faleiros, Presidente e Neomar de Lima Peixoto, 1.º Secretário, ambos da ARENA, está vasado nos seguintes termos: (Lê)

“Senhor Deputado:

Para conhecimento de uma situação que vem afetando toda a vida administrativa da cidade, bem assim a de seus moradores, estamos enviando a V. Exa., em anexo, cópia da proposição apresentada pelo Vereador Silvestre Marques, aprovada em nossa sessão ordinária do dia 29 de abril, p.fundo, sugerindo ao Sr. Prefeito Municipal, a cobrança de pedágio dos caminhões que trafegam pela cidade, apenas de passagem, com destino a outros lugares, haja visto os elevados prejuízos que vêm causando às ruas e avenidas, com a destruição de meios-fios, calçadas, postes de iluminação e fio telefônicos e de energia elétrica.

Essa situação advém do intenso volume de tráfego, inclusive interestadual, que flui pela BR 153, utilizando a PR-092 para a ligação do Norte a Sul do País, uma vez que Jacarezinho não possui o contorno rodoviário da BR-153 (Jacarezinho) (Santo Antônio da Platina,) embora, programado.

Na expectativa da honrosa atenção de V. Exa., apresentamos protestos de elevado apreço e distinta consideração”.

A propositura do Vereador, Sr. Presidente, Srs. Deputados, baseada no art. 113, § único do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacarezinho, está vasada nos seguintes termos:

Pede, sugerindo as seguintes providências: que seja cobrado pedágio dos caminhões que trafegam pela cidade, apenas de passagem, com destino a outros pontos do País. Justificativa anexa.

Justifica aquele parlamentar municipal, em sua sugestão, o seguinte:

“Esta sugestão que fazemos ao Sr. Prefeito se prende na impossibilidade desta Casa apresentar o projeto, uma vez que haverá modificações de arrecadação.

Os caríssimos Vereadores sabem o quanto nossa cidade esperou para receber o seu asfalto.

Sabemos nós todos desta Casa a precariedade do encanamento da Sanepar pelas ruas da cidade.

Jacarezinho e toda região lutou com unhas e dentes para conseguir o asfalto que nos liga a Curitiba, enfim fomos lembrados pelo Governador Parigot de Souza.

Entretanto quase ninguém esperava que o contorno programado pelo DNER, desde 1970, não estivesse pronto na entrega dessa estrada. O trânsito foi aberto e houve uma invasão desordenada de veículos pesados de toda parte do Brasil.

A Telepar tem levado muito prejuízo com fios e cabos telefônicos arrancados pelas cargas altas, bem como a Cia. Luz e Força.

Nosso asfalto, pago pelos municípios com grande sacrifício, está sendo destruído diuturnamente pelo peso dos caminhões de transportes.

As ruas estão esburacadas em quase todos os cantos da cidade os canos vazam água e o asfalto é esburacado pela Sane- par para reparos.

A travessa, atrás da Firma Setti S.A., está impedida pelo tráfego e as obras de recuperação pelos afundamentos provocados pelos caminhões, não se sabe quando terminarão.

A Prefeitura vai dispende de muito tempo e serviço, além de verba vultosa, para manter as ruas em ordem.

E nós perguntamos: Ninguém toma atitude? Ninguém da esfera federal pensa efetivamente no tão esperado contorno;

Em vista desse acontecimento nós queremos aqui, ajudados por esta Casa, em forma de sugestão ao Sr. Prefeito Municipal, que se cobre um pedágio para os caminhões que transitam pelas nossas ruas, que agora está transformada em pista da BR-153.

Quem sabe esta atitude venha sensibilizar o Governo Federal, e o mesmo tome as providências cabíveis para resolver esse problema.

Não será esta a primeira cidade a tomar esta iniciativa, e se caso for concretizada, a verba será carregada exclusivamente para a manutenção de nossas ruas.

Sabemos que a Faculdade de Direito já apresenta rachaduras pelo trânsito pesado que passa defronte do edifício.

A Faculdade de Filosofia se abala com o barulho de caminhões pesados que trafegam sob suas janelas, não contando o Colégio Rui Barbosa e vidas já ceifadas dentro de nossa cidade.

Caríssimos pares, mesmo antes de se saber da idéia do Sr. Prefeito; requeiro, também, que desta sugestão seja dada conhecimento aos jornais do Paraná e de São Paulo.

Sala das Sessões, Jacarezinho, em 29 de abril de 1977.

Assinado, Silvestre Marques, Vereador."

É fácil, Sr. Presidente, Srs. Deputados, analisar o desespero em que vive a classe política de nosso País. Não existe mais diferenciação de partidos, porque partidos há muito tempo não existem nesta Nação.

É a classe política desvalorizada, é a classe política desfeita de condições, de meios e de recursos para atender a coletividade que nela deposita confiança para posicionar uma locação na atividade pública desta Nação, quer no setor legislativo, quer no setor executivo.

Exemplos gritantes, exemplos berrantes estão aí na saída para o Norte do Paraná, quando vemos que há mais de três anos, este governo que viaja constantemente e participa de inaugurações e mais inaugurações, este governo que tem a maior participação política eleitoral vista em toda a história política desta Nação, este governo está anunciando uma pista de 29 km ligando Curitiba a Campo Largo e esta segunda pista não está nem com o seu trabalho de base completado.

O que se faz nesta Nação hoje é o monologismo, é a propaganda desenfreada pelo rádio e pela TV.

O que se fez nesta Nação, neste decênio, não tem sido mais, não tem sido menos do que a tentativa de enganar esta população que se encontra esganada diante da situação crucial, violenta de empobrecimento generalizado.

O que fez o Vereador Silvestre Marques, de Jacarezinho, Vereador inteligente, professor de cátedra, homem de nível de cultura extraordinária, magnífico representante do povo na Câmara Municipal, arenista eleito pelo Partido do Governo, não foi mais do que procurar chamar a atenção dos responsáveis pela condução dos bens públicos deste Estado e desta Nação. Porque de antemão sabia Silvestre Marques que expedientes desta natureza ferem qualquer sentimento de respeito ao dinheiro público. Nenhum tipo de ciência financeira poderia

permitir que o município lançasse as taxas de pedágio para atravessar as suas ruas.

E Silvestre Marques sabia disto e aqui ele pede com veemência, ao solicitar ao Presidente da Câmara Municipal que seja dado conhecimento aos jornais do Paraná e de São Paulo, de um trabalho de grande envergadura, pois são eles, os órgãos de nossa imprensa, a verdadeira tribuna livre deste País.

Um trabalho que seu autor estava fazendo que feriria a estrutura constitucional, mas que representa, acima de tudo, o levantar da voz a pedido da justiça social comunitária, o levantar da voz contra o açambarcamento do poder maior na economia do município.

Porque assim deixou clara uma justificativa o Vereador Silvestre Marques, que sugestiona o Prefeito Municipal a tomar tal medida para compor-se de recursos necessários, com a finalidade de reconstruir as ruas que são destruídas por caminhões que têm que por ali passar.

Porque o Estado ao construir a rodovia, deixou de fazer, malevolamente, a rodovia de contorno da cidade.

Daqui, Sr. Presidente, para que fique registrado nos Anais da Casa, procedi à leitura, na íntegra, do requerimento e da justificativa daquele Vereador da Câmara Municipal de Jacarezinho.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte?
O SR. LÚCIO MACHADO — Permitirei em breve.

E à imprensa, a valorosa imprensa do Paraná, esta imprensa que a todo o instante soube agir como sacerdote ao officiar constantemente no altar da Pátria, transiro o pedido do Vereador Silvestre Marques, da ARENA em Jacarezinho, que se dê conhecimento através de suas páginas, do gritante e assustador procedimento, porém de coragem daquele Vereador porque foi aí, embora retratando inconstitucionalidade, que ele encontrou a fórmula para posicionar o prejuízo que está sofrendo o município, pela falta de capacidade, de planejamento dos Governos que têm passado por este Estado.

Tem o aparte.

O SR. GABRIEL MANOEL — Deputado Lúcio Machado, nós também tivemos a honra de receber um ofício nos termos que V. Exa. recebeu do digno representante da comuna de Jacarezinho. Vemos que V. Exa. como sempre, está lutando, procurando esclarecer o povo do nosso Norte Pioneiro das falhas muitas vezes involuntárias do Poder Executivo de nossa terra.

Sabemos perfeitamente da boa vontade de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, de S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes e do dinâmico e ilustre Diretor, Dr. Tancredo Benghi em dotar todas as cidades, todos os rincões de nossa terra, de rodovias, embora eles pertençam às BRs., como é o caso da estrada que demanda ao Norte do Estado e sai de Curitiba.

Jacarezinho, uma cidade polo, Jacarezinho, uma cidade que tem divisa com o grande Estado de São Paulo, deve e precisa ser, urgentemente, dotada de contorno para que os caminhões não continuem destruindo os próprios particulares, os próprios do Estado e os próprios do município.

Mas, Jacarezinho, é sede, Srs. Deputados, do Distrito Rodoviário. E, infelizmente, para desprazer nosso, temos lá à testa daquele Distrito Rodoviário um homem que só se incomoda em fazer politicagem, que é de conhecimento de V. Exa. E é neste instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que queremos apoiar V. Exa. no sentido de reivindicarmos com V. Exa. o Deputado Aguinaldo Pereira Lima e com todos os representantes da região do Norte Pioneiro, para que Jacarezinho tenha o seu contorno.

Nós queríamos pedir vênica a V. Exa. informar-lhe que o Sr. Secretário de Transportes, o Sr. Diretor Técnico Dr. Tancredo Benghi, S. Exa. o Sr. Governador do Estado estão com a melhor boa vontade de ajudar o Norte Pioneiro, haja visto que as estradas estão sendo rasgadas em toda a região, em todo o

interior de nosso querido Norte.

Queria dizer a V. Exa. se cabe a culpa, é por falta, Sr. Deputado, de que aquele chefe do distrito, que mora em Jacarezinho, procura, ao invés de dotar a sua cidade do contorno necessário, de levar um plano aos escalões superiores, só fica fazendo politicagem com os Prefeitos do Norte Pioneiro.

E é neste instante que queria alertar a V. Exa., não jogue a culpa Sr. Deputado, a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, a S. Exa. o Sr. Secretário de Transportes, a S. Exa. o Sr. Diretor Técnico do DER, o grande companheiro nosso, Dr. Tancredo Benghi.

Se culpa existe, é por falta de visão daquele moço que representa o Distrito Rodoviário de Jacarezinho e de todo o Interior do Norte Pioneiro, à sua falta de tato, de tirocínio administrativo.

Cabe a ele fazer e elaborar um plano no contorno de Jacarezinho, porque Jacarezinho é a cidade-sede.

Em se tratando de defender o interesse do povo, queremos mais uma vez estar de acordo com V. Exa., para que este moço que nada faz a não ser politicagem no Norte Velho, veja, olhe pela sua cidade que está sendo destruída, principalmente nos seus cofres estaduais, federais e municipais, para que ele olhe, ao invés de olhar para a casa do vizinho, olhe a sua própria casa.

Aquele moço, chefe do Distrito Rodoviário de Jacarezinho, aquele engenheiro capacitado, mas que não tem visão, não tem tirocínio e que faz apenas politicagem rasteira em nossa região, que vá olhar a sua cidade ao invés de fazer politicagem com as firmas empreiteiras, ao invés de procurar chamar para si todos os benefícios que o Governador Jayme Canet, que o Secretário Osires Stenghel Guimarães têm feito, que aquele moço olhe sua cidade.

Foi muito bem posta a solicitação desse ilustre Vereador, foi muito bem posta a solicitação de V. Exa., mas que se diga alto e a bom som que em Jacarezinho estamos muito mal servidos, tanto lá, quanto no Norte Pioneiro porque, quero dizer aqui, o chefe do Distrito Rodoviário é um negligente e só faz política.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado, o aparte de V.

Exa. confirma perfeitamente a existência de erros de programação dos Governos, quando se trata principalmente de atendimento regional - sem me ater à pessoa do engenheiro-chefe do Distrito Rodoviário de Jacarezinho, ater-me-ei sobre o seu costume, sobre o seu procedimento, porque, eu aprendi desde cedo através de lições bíblicas, que um servo jamais poderá servir a dois senhores. Análoga, é a vida comum do homem: ou o homem escolhe ser homem público através dos cargos eletivos, ou, escolhe ser funcionário de Governo sem se ater à coisa pública; o que vem fazendo, e não é de agora, há muitos anos, o Chefe do Distrito Rodoviário daquela região, não é outra coisa senão política prejudicial aos interesses do Governo, aos interesses do povo, aos interesses comuns da região que representamos nesta Assembléia, eu, V. Exa. e o Deputado Aginaldo Pereira Lima.

Este homem já há dois anos soltou propagandas de que é candidato, evidentemente pelo seu partido, a deputado estadual. É um direito. No entanto, um servo não pode servir a dois senhores. Quem entende de política são homens como nós, que se apartando de nossas atividades comuns e necessárias à subsistência.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — A Presidência lamenta informar que o seu tempo esgotou, e lhe concede mais 1 minuto para concluir.

O SR. LÚCIO MACHADO — Eu agradeço e concluirei.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, respondendo o aparte do nobre Deputado Gabriel Manoel, eu acho e comungo com V. Exa. - este homem, tem que deixar, ou ser funcionário responsável por um Distrito Rodoviário do Gover-

no, ou deixar de ser politiquês, porque se a nossa região tem sido prejudicada quando o Governo monta uma estrutura de obras das mais perfeitas para nossa região, é exatamente porque o Governo, não tem sensibilizado de sua grande responsabilidade, a responsabilidade de separar o trigo do joio.

Quem quer ser funcionário do Estado, que seja funcionário do Estado; quem quer ser político, que seja político. Um servo não pode servir a dois senhores.

Muito obrigado, Sr. Presidente, ("Sem reivisão do orador").

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — A Presidência consulta à Liberação do MDB, se deseja se utilizar do horário que lhe é reservado. (Pausa). Tendo declinado, consulta à Liderança da ARENA, se deseja utilizar o tempo que lhe é reservado. (Pausa). Declinado.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, devidamente apoiado, lido da tribuna. Irá à CCJ.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 03/77, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública, a "CASA DE ARTES E OFÍCIOS PAULO VI", com sede na cidade de Ibiporã. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade.— APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 03/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a "CASA DE ARTES E OFÍCIOS PAULO VI", com sede na cidade de Ibiporã.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de fevereiro de 1977.

(a) Francisco Escorsin.

JUSTIFICATIVA:

A "Casa de Artes e Ofícios Paulo VI", é uma entidade fundada em 1966, reconhecida de utilidade pública pela lei municipal 527/76, de 09 de abril de 1976.

É uma instituição com finalidades educativas, atuando no setor de ensino profissionalizante, com caráter educativo, cultural, beneficente e de assistência social, visando o amparo à juventude.

Pelo exposto, conforme estatuto anexo, esperamos a aprovação do plano de lei em pauta.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI NÚMERO 03/77

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, visa a declarar de utilidade pública a "CASA DE ARTES E OFÍCIOS PAULO VI", com sede em Ibiporã.

Analisando a meritória proposição e os documentos juntos, somos de parecer que, foram atendidas as formalidades legais estando em condições de ser aprovada pela Casa.

Sala das Comissões, em 23 de março de 1977.

(a) Paulo Camargo, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Paulo Roberto Maistro.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando regime de urgência, para o Projeto de Lei 49/77.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto

de Lei 103/76.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Ministério da Educação e Cultura, pela assinatura do Protocolo MEC/MINTER, visando a formação de uma consciência comunitária sólida a ser iniciada nos primeiros anos de escolaridade, relativamente aos problemas do meio ambiente.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que determine a construção de vinte e sete salas de aula distribuídas nos diversos Distritos de Guaraniaçu.— Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu gostaria que fosse lida a súmula.

O SR. PRESIDENTE — O requerimento não tem súmula.

O SR. ENÉAS FARIA — Então que seja lido o teor do requerimento.

(É LIDO O REQUERIMENTO)

Em votação o requerimento — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Presidente da TELEPAR, no sentido de que sejam efetuados estudos para que possa ser procedida a instalação de 35 aparelhos telefônicos no Distrito de Palmitópolis, Município de Nova Aurora.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro dos Transportes, Presidente da Rede Ferroviária Federal S.A., Superintendente Regional da Rede Ferroviária Federal S.A. e Diretor do DASP, consubstanciado em voto de apelo, sugerindo-lhes que promovam o retorno às atividades normais dos funcionários da RFFSA, atualmente em disponibilidade, aos próprios quadros dessa entidade.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja encaminhado o apelo ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que sejam tomadas providências, e medidas adotadas para solução do problema do lixo, na cabeceira do aeroporto de Apucarana.— Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Gorzoni, ocorrido na cidade de Jaguapitã. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Secretário de Segurança Pública e da Justiça, encarecendo providências no sentido de ampliar e aprimorar os dispositivos para repressão ao crime e à violência na cidade de Maringá.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de congratulações à 1a. Igreja Batista de Curitiba, pelo transcurso do 63o. aniversário de sua solene organização.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de solidariedade aos Srs. Advogados e Procuradores integrantes da Procuradoria do Estado do Paraná.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sgua-

rezi, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado pedido de informações à SANEPAR referente a receita e despesa do referido órgão.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, em forma de pedido de informações dos motivos da não inclusão do percurso Amaporã-Planaltina do Paraná-Santa Isabel do Ivaí-Santa Cruz do Monte Castelo, no plano para pavimentação divulgado no último dia 10.— Em votação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem solicito seja feita a leitura do requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

(É LIDO O REQUERIMENTO)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.— (Pausa).

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Tendo declinado, em votação.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que através da Secretaria dos Transportes, o Departamento de Estradas de Rodagem efetue sindicância, a respeito de materiais destinados pelo Estado ao Município de Toledo que, enviados, não chegaram a seu destino.— Em votação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, o encaminhamento diz respeito a uma invasão de competência que se verificaria, ocorrendo a votação deste requerimento.

Ocorre que o Departamento de Estradas de Rodagem, nenhuma responsabilidade tem no transporte de cimento ou ferro, enviados aos municípios que através ou decorrente do programa pró-safrá.

Seria, portanto, uma intromissão indébita deste Poder, determinar ao DER, que abrisse sindicância, por fato que o DER não tem nenhuma responsabilidade.

Razão pela qual eu solicito e reitero à Mesa, que deixe de acolher este requerimento, por lhe faltar fundamento jurídico e até mesmo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Respondendo a Questão de Ordem do Deputado Luiz Roberto Soares, esta Presidência retira da Ordem do Dia o referido requerimento.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente, ouvi com atenção do eminente líder da Arena. Antes que V. Exa. profira a decisão final, gostaria de conhecer o embasamento jurídico que V. Exa. dá à questão de ordem, para acolher a solicitação de arquivamento do Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente, o requerimento, segundo entendo, propõe que o DER abra sindicância para apurar eventuais irregularidades por descaminho de mercadorias enviadas ao Município de Toledo. O requerimento pede que se abra sindicância. Defendo o ponto de vista que não tendo o DER nenhuma responsabilidade na remessa de mercadoria, porque o programa pró-safrá determina que a própria Prefeitura providencie o transporte destas mercadorias não me parece adequado que a Assembléia acolha o requerimento que não tem evidentemente respaldo

jurídico, uma vez que não pode esta Assembléia interferir em problemas municipais.

Parece-me que o correto seria a própria Prefeitura de Toledo, abrir sindicância ou inquérito administrativo, ou a providência que julgasse cabível, para apurar o destino de uma mercadoria que teria sido enviada por meio dos transportes pertencentes a ela própria.

Parece-me que não tem pertinência a Assembléia Legislativa propor, sugerir, ou seja lá o que for, ao Departamento de Estradas de Rodagem, que abra sindicância por fato que ele, Departamento de Estrada de Rodagem não tem nenhuma responsabilidade.

Seria o mesmo que a Assembléia "mutatis mutandis" determinar à Prefeitura que abra sindicância e não teria sentido, portanto, o acolhimento deste requerimento. Este me parece ser o sentido correto desta questão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Respondendo a questão de ordem, o requerimento, de acordo com o art. 123, § segundo: "só serão aceitos pela Mesa proposições sobre assunto de competência da Assembléia, redigido de acordo com este regimento.

Esta Assembléia não tem competência...

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem Sr. Presidente, o requerimento que V. Exa. acaba de ler já foi recebido pela Mesa. Ele hoje está sofrendo votação, com discussão encerrada, porque foi pedido adiamento da votação na sessão anterior.

Tanto é que o Presidente titular, Deputado Ivo Thomazoni, recebeu e justificou o recebimento deste requerimento, quando esta questão, que hoje levanta o ilustre Líder da Arena, foi levantada pelo ilustre Deputado Gilberto Carvalho na sessão em que seria discutido o requerimento.

Portanto, parece-me que a Mesa já recebeu este requerimento, está com discussão encerrada e não teria como V. Exa. retirá-lo de votação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente, é princípio consagrado no Direito Público, de que a administração, qualquer que ela seja, exerça o controle de legalidade e faça a revisão dos próprios atos, quando eles não se ajustam a um determinado ordenamento jurídico. Parece-me que, no caso vertente, se a Mesa aceitou, aceitou mal. Para sanar o mau recebimento, continuo sustentando de que, por se tratar de questão não pertinente à competência do Legislativo, não é de ser acolhida pela ilustre Comissão Executiva desta Casa.

Curvo-me à decisão que V. Exa. adotar, mas acho que se estará perpetrando uma flagrante ilegalidade.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente, pelo que se aventou é atribuição magistralíssima deste Poder inquirir o Departamento competente sobre o fato dos bens e mercadorias transportados àquele município.

Logo, tal requerimento é por demais procedente e se transformou, na sua apresentação, em alta responsabilidade dos Senhores Deputados com assento nesta Casa. Embora se pretenda saber onde o município aplicou estes objetos, pretende-se que se faça documentar, por quem de direito, que é o Departamento expedidor deste objeto, de acordo com nosso entendimento, a fim de que se possa dar o revestimento de fontes indagadoras que merecem, para chegar a seu fim.

!Data vênia, qualquer outro sentimento que não a submissão deste requerimento à apreciação deste Plenário, seria prejudicar a própria condição deste Poder.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente, falta acolher a Mesa a nova deliberação.

A Liderança do MDB pretende não abrir mão do direito de ser informada.

A Liderança da ARENA pretende não abrir mão do direito de informar.

Para que a questão seja colocada em termos capazes de discernimento, solicito a V. Exa. que deixe sobrestada a votação do requerimento.

Na sessão de amanhã, com o aval das lideranças se colocará o requerimento em termos capazes de colher uma orientação normal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência deseja, inicialmente, agradecer ao Sr. Deputado Ernesto Gnoato que presidiu parte desta sessão e quando julgou a questão de ordem levantada pelo Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da Arena, realmente decidiu com respaldo do Regimento Interno.

Todavia, a Presidência entende, data vênia o entendimento do Senhor Deputado que havendo recebido o requerimento e estando a fase de discussão encerrada e já em sua fase de votação, a Presidência poderia encontrar dispositivo regimental que trata também dos pedidos de adiamento que vedam que seja sobrestada a matéria ou que se retire da Ordem do Dia a matéria quando já em fase de votação.

Esta Presidência entende que não havia, no momento em que esta matéria foi posta à deliberação do Plenário, número regimental para deliberação.

Por esta razão, adia-se a sua votação para a próxima sessão ordinária na sessão de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Número 03/77; marcando ainda uma sessão extraordinária, para amanhã, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Número 78/76.

Levanta-se a sessão.